



ATA

Elaboração da LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias

Audiência Pública da Secretaria de Finanças

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro de dois mil e dezessete (sexta-feira), as dezesseis horas e quinze minutos, na sala Paulo Freire do CEC – Centro de Educação e Cultura, situado na Rua Prudente de Moraes nº 580, Centro, Município de Salto, Estado de São Paulo, realizou-se a audiência pública em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 em relação a LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias e o Comunicado do Poder Executivo publicado no Jornal Oficial Gazeta de São Paulo em dezesseis de setembro de dois mil e dezessete, com a presença da Secretaria de Finanças Janaína Bassetti, Vereadores Municipais, membros do Poder Executivo demais presentes conforme lista de presenças. A Senhora Janaína Bassetti, iniciou a audiência pública saudando e agradecendo a presença de todos, e iniciou a explanação sobre a LDO que Estabelece os parâmetros para o orçamento a ser elaborado e executado para o exercício de 2018, e orientando sobre os aspectos legais e a importância deste instrumento de planejamento para a administração pública e obrigatoriedade desta audiência, logo após passou a palavra ao Senhor Fausto do Monte Vecina, Contador da Secretaria de Finanças, que iniciou apresentação de slides com explicação minuciosa quanto a base legal, objetivos, temas obrigatórios como gasto de pessoal, equilíbrio entre receitas e despesas, autorização para alteração de orçamento, alterações na legislação tributária, previsões por secretarias, comparativo de metas fiscais de exercícios anteriores, evolução de patrimônio líquido, renúncia de receitas, expansão das despesas obrigatórias e riscos fiscais. Outros temas foram abordados pela senhora Janaína Bassetti como o detalhamento de medidas afetas a administração tributária, tais como a importância da atualização cadastral dos imóveis, monitoramento dos contribuintes inscritos no Simples Nacional, medidas de inteligência a fim de incrementar o índice de participação do município no ICMS através de monitoramento das atividades, melhorar as rotinas de inscrição na dívida ativa e de cobrança, melhorando a dinâmica com a Secretaria de Negócios Jurídicos e, que medidas de reestruturação administrativa são necessárias a fim de aproximar a Secretaria de Finanças e Secretaria de Negócios Jurídicos de modo que a cobrança seja mais rápida, eficiente e eficaz; também foi explanado que é necessária a modificação de algumas estruturas afetas a tais Secretarias, tais como a revisão de alguns cargos públicos visando a profissionalização e estimulando a permanência dos servidores no quadro permanente; também se expôs que essas duas secretarias tem dentre suas funções, o papel de evitar demandas e disciplinar gastos e por isso também é necessário que a estrutura interna seja contínua, dentre os exemplos foi dito que se pretende a extinção de alguns cargos “em comissão” e criação de outros cargos “em comissão privativos de servidor”, como medida de evitar solução de continuidade e aprimorar a



gestão; também se explanou sobre a necessidade de que a estrutura de fiscalização tributária seja revista e incentivada, como forma de melhorar a arrecadação sem aumento ou criação de tributos; modernizar e melhorar a distribuição de carnês de impostos; formalizar convênio com a Receita Federal para fins de cobrança de ISSQN; melhorar e ampliar a cobrança de ISSQN sobre edificações e modernizar a legislação tributária especialmente quanto a ITBI e ISSQN. Formalizados os questionamentos, todos foram respondidos e antes de encerrar a audiência foi aberta a palavra aos presentes. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Janaína Bassetti agradeceu a colaboração de todos e encerrou a audiência. Eu Janaína de Castro, digitei a presente ata assino juntamente com Janaína Bassetti e demais participantes da audiência pública conforme anexo.


Janaína de Castro


Janaína Bassetti